

Sub-área:

18. Alternativas ao Neoliberalismo na América Latina

Resumo:

Na busca de alternativas para o neoliberalismo, o presente artigo pretende ressaltar, resgatando o pensamento crítico estruturalista, a importância nas economias periféricas de se romper com o modelo de internacionalização dependente e de se retomar o processo soberano de desenvolvimento social. Para tanto, a discussão estará focada nos limites sócio-econômicos do atual modelo de desenvolvimento mexicano, principalmente no período pós-NAFTA. A argumentação levará em conta a evolução dos principais indicadores sociais, em especial os associados à questão da pobreza e distribuição de renda. No balanço final das idéias apresentadas ao longo do trabalho, espera-se lançar luz sobre alguns pressupostos ou condições necessárias à construção de um caminho para uma transformação produtiva com fins redistributivos.

Notas sobre os limites sócio-econômicos de um estilo de desenvolvimento a convite. O caso mexicano^{*}

**Bruno Leonardo Sobral
Frederico S. P. F. Valente**

I. Introdução

O subdesenvolvimento é a antítese da consolidação nacional, tendo como características essenciais a heterogeneidade estrutural e o grau de dependência externa. Em outras palavras, economias com estruturas dessa ordem têm seu tecido social esgarçado e se encontram subordinadas à ordem internacional vigente. Qualquer tentativa de progresso material sobre essas bases exigiria negar a possibilidade de formação nacional quando, de um lado, aceita a perenidade da pobreza e da desigualdade social, e, de outro, aceita acomodações passivas aos movimentos do sistema capitalista internacional. Sob tais condições, a consolidação das relações sociais capitalistas expõe explicitamente o seu caráter antagônico: a exploração do trabalho pelo capital e o imperialismo.

Segundo Furtado (1979), o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação de natureza cultural e política. Do ponto de vista econômico, ele gera um descompasso entre a dinâmica da valorização do capital e as condições de reprodução social. Diante dessa contradição básica, as sociedades subdesenvolvidas encontram-se sempre frente a um dilema: guiar uma transformação estrutural que permita trilhar o caminho do desenvolvimento social/redistributivo, ou buscar pôr ordem à estrutura existente recorrendo a uma regressão política de forma a amortecer as tensões sociais sem resolvê-las definitivamente.

Caso a opção seja pela segunda forma, nega-se a possibilidade de construção de um projeto nacional não imitativo, logo, autêntico tanto do ponto de vista do desenvolvimento endógeno das forças produtivas modernas, quanto do ponto de vista da conquista plena dos direitos sociais. Por outro lado,

^{*} Este artigo é em grande medida baseado em dois trabalhos anteriores: i) VALENTE, F. (2005) *México: distribuição de renda e pobreza no período pós-NAFTA*. Relatório de Pesquisa BNDES/FUJB. Realizado como parte integrante do projeto *Dez anos de NAFTA: evolução e efeitos sobre o México. Lições para o Brasil*, sob a coordenação dos professores José Ricardo Tauile (IE/UFRJ), Reinaldo Gonçalves (IE/UFRJ) e Edson Petelli (IE/UFRJ). O autor gostaria de agradecer a todos da equipe de pesquisa responsável pelo projeto, especialmente, ao Prof. José Ricardo Tauile, ao Prof. Edson Peterli e ao economista Rodrigo Castelo Branco pelo apoio à pesquisa, pela leitura crítica do relatório e comentários sempre pertinentes. Desde logo, deve-se isentar todos de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo do presente trabalho. ii) SOBRAL, B. (2004). *México e Chile: uma análise histórica do desenvolvimento recente*. Monografia de Bacharelado, IE/UFRJ.

• Economista formado pelo IE/UFRJ e mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP.

• Economista formado pelo IE/UFRJ e mestrando em Teoria Econômica pelo IE/UNICAMP. Pesquisador colaborador do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da UFRJ (LEMA).

caso a opção seja pela primeira forma, torna-se fundamental resgatar a dimensão estratégica da economia para que o esforço de acumulação (ligado a um processo tecnológico) permita, simultaneamente, a elevação da densidade de capital, o aumento da produtividade do trabalho e o aumento do nível de vida das massas.

Inicialmente, deve-se considerar a questão relacionada com a condição periférica de um sistema econômico nacional numa dada divisão internacional do trabalho. O ponto é que não existe possibilidade de um desenvolvimento a convite, a menos que se redunde na adaptação em face da evolução dos centros dominantes e a transnacionalização de suas grandes empresas, o que seria uma evolução do próprio processo dependência, e um estímulo à concentração de renda e ao endividamento. Logo, é importante chamar atenção para o perigo de promover uma estratégia de modernização derivada pelo poderio financeiro-tecnológico do centro hegemônico mundial. Esta, freqüentemente, leva a um ritmo de acumulação determinado em última instância pelas flutuações cíclicas dos mercados internacionais, tendo como elemento dinamizador a demanda externa e não o volume de investimentos realizados. Além disso, surgem obstáculos estruturais evidenciados no vazamento de renda para o exterior e nos impactos sobre a produtividade da incorporação de uma tecnologia desajustada aos requisitos da acumulação em economias periféricas.

Outra questão é aquela associada à incorporação espúria da força de trabalho. Neste caso, o ponto a ser ressaltado é que uma estrutura subdesenvolvida também caracteriza-se pela sua heterogeneidade, logo, engendra um capitalismo sem eficácia social, que não demonstra capacidade de absorver a totalidade da mão-de-obra, nem permite uma melhora significativa no nível de renda. Tal fato se patenteia num grave desequilíbrio ao nível dos fatores que provoca uma insuficiência dinâmica, já que se baseia na estabilização de uma estrutura de gastos produtivos retraída. A questão é que para a superação do subdesenvolvimento é preciso um esforço de acumulação contínuo para acompanhar o avanço nas técnicas produtivas, levando em consideração que o seu elemento dinâmico é o nível e a composição da demanda que derivam do padrão de distribuição da renda.

No entanto, a regra tem sido a falta de mobilidade social que se traduz numa descontinuidade do gasto agregado, ficando este fortemente preso à diversificação dos padrões de consumo de uma minoria de alta renda baseados no efeito-demonstração (assimilação dos estilos de vida modernos). É importante reconhecer que os mecanismos de mercado não resolvem esse problema, que é uma questão de relações de poder enquanto disputa pelo controle do excedente econômico, ao contrário, criam um círculo vicioso onde uma absorção espúria inibe a acumulação que, insuficiente, contribui para uma nova absorção espúria. Ciclicamente, o resultado é alguma forma de conflito distributivo, acentuando os desequilíbrios estruturais e os efeitos regressivos de ordem compensatória.

Seguindo tais eixos, chega-se à recomendação da redistribuição do poder político-econômico através de duas reivindicações: uma estratégia de desenvolvimento autóctone e uma disciplina redistributiva que permita o maior uso social do excedente (PRÉBISCH, 1981). A fim de satisfazer tais necessidades é preciso um princípio regulador que supere os conflitos de interesses transmitidos pelas forças “espontâneas” do mercado. Em outras palavras, é preciso uma orientação deliberada a partir de uma política de desenvolvimento quanto a explicitação dos objetivos de equidade e de soberania.

Contudo, o fenômeno da globalização financeira – traço marcante da dinâmica capitalista mundial na atualidade – tem uma forte ligação com o desmonte do Estado nacional, reafirmando o subdesenvolvimento. Indiscutivelmente, a hegemonia reafirmada acusa, frente à inevitabilidade da globalização, uma suposta debilidade regulatória do Estado nacional na periferia. Logo, o imperialismo revigorado reordena esses Estados via uma tecnocracia neoliberal com respaldo de boa parte das elites nacionais e dos organismos internacionais. Também as empresas transnacionais ampliaram seu poder monopólico de concentrar tecnologia, finanças, mercado, comércio exterior e investimentos, enquanto os países periféricos fazem uma reestruturação passiva, abdicando da soberania de fixar os rumos do seu próprio desenvolvimento (CANO, 2000).

Afinal, nesse processo corrente, a pré-condição para participar do sistema mundial é definir um posicionamento frente às novas formas de dependência (tecnológica e financeira). Trata-se assim de tirar proveito do espaço que a dependência franqueia a um país sem que com isso necessariamente se supere a dimensão sócio-política do subdesenvolvimento. Nesse cenário, as nações tendem a perder significado econômico, e a dependência, pragmaticamente, se torna desejada diante da suposição de que o próprio avanço da acumulação capitalista asseguraria o desenvolvimento aos que garantirem o seu alinhamento. Portanto, a heterogeneidade estrutural e a dependência externa permanecem porque a essência da estrutura de propriedade e domínio ainda é a mesma numa economia subdesenvolvida: estabiliza-se uma sociedade excludente de afluência no consumo, e negocia-se parte da soberania nacional em busca de se tornar atraente aos circuitos de valorização transnacionais das nações desenvolvidas.

O caso mexicano é um triste exemplo dessas contradições e, por isso, merece ser analisado ainda mais diante das discussões sobre a formação da ALCA. O presente artigo pretende mostrar os limites sócio-econômicos do atual modelo de desenvolvimento econômico mexicano a partir da evolução dos principais indicadores sociais. Dessa forma, primeiramente, discutir-se-á a transição do padrão de desenvolvimento mexicano rumo ao modelo neoliberal *outward-oriented*, e, posteriormente, a questão propriamente referente à pobreza e à desigualdade social, objeto central do artigo. Pretende-se, assim, contribuir para a discussão sobre os desafios estruturais de uma economia subdesenvolvida

diante do difícil cenário internacional atual de reafirmação hegemônica e revigoramento do imperialismo.

II. Quando a dependência é desejada: a transição do padrão de desenvolvimento mexicano rumo ao modelo neoliberal *outward-oriented*

O objetivo histórico da industrialização em uma grande economia periférica como a mexicana seria eliminar a contradição básica pela dissociação entre a estrutura de produção e a de gasto ou demanda. Para isso seria preciso ir além da sua fase inicial substitutiva de importações e sustentar uma industrialização pesada (base autônoma técnico-produtiva). Dessa maneira, as estruturas da demanda e da produção se aproximariam a partir do desenvolvimento do mercado interno. Ademais, estaria superada a dependência de capacidade para importar criada pelo setor exportador, e a dinâmica passaria a ser comandada pelas decisões autônomas de investimento e os seus possíveis encadeamentos em face do expressivo parque produtor de meios de produção em consolidação¹.

Nesse sentido, antes das reformas comerciais, a estratégia mexicana de desenvolvimento pautava-se pelo princípio de buscar sua endogenia. Dessa forma, embora a expansão industrial tenha sido extremamente dinâmica e a relação investimento/PIB tenha aumentado significativamente, as restrições cambiais e fiscais ao crescimento do país levaram à aceleração da inflação e à acumulação de sucessivos déficits externos. Esse processo de instabilidades macroeconômicas chega ao seu limite com a declaração de moratória em 1982.

A contradição que permaneceu é a da estrutura produtiva não ter se diversificado para fora (exportações), traduzindo-se numa tendência latente ao desequilíbrio externo. Ademais, ficara claro que a exclusão social continuou elevada, levando a uma tendência à saturação precoce do mercado interno por estar fundando em bases sociais muito estreitas. Soma-se a esse quadro a submissão do Estado mexicano a uma multiplicidade de interesses privados que o puseram a atuar, sobretudo, como “agente compensador”, o que acabou num crescente desequilíbrio fiscal. Dessa forma, a necessidade de reformas estruturais era evidente, isto é, estava claro que não bastaria um maior controle cambial e uma drástica redução do déficit público, mas sim uma alteração significativa no regime de acumulação e no padrão de distribuição da economia mexicana.

¹ Como lembra Carneiro (2002, p.36) seguindo a clássica postura cepalina, “a industrialização é vista como um processo de autonomização dos determinantes do crescimento diante dos condicionantes externos. (...) Assim, a industrialização é pensada simultaneamente como um processo de diferenciação da estrutura produtiva e superação da dependência dos mercados criados pela atividade exportadora”. Logo, a industrialização para uma economia subdesenvolvida como a mexicana, historicamente, foi encarada como uma forma de negar o modelo *outward-oriented*, no qual “a competitividade das exportações permitiria que os mercados externos adicionais respondessem pelas decisões de investimento” (Idem, p.60).

Porém, contrário à busca de reformas estruturais mais profundas, a solução tomada foi mesmo reforçar sem pena os laços de dependência com o imperialismo reafirmado, e, assim, permitir que o capital estrangeiro passasse a ter uma posição dominante sobre os excedentes gerados. Essencialmente, a baixa performance das exportações não-petrolíferas (queda brutal dos termos de troca) e a visão de que o combate à inflação não seria bem sucedido sem uma maior abertura – bem como o consentimento dos bancos comerciais internacionais que, através do Plano Baker, condicionavam o reescalonamento da dívida à adoção de reformas de mercado – levaram o governo mexicano a conduzir um programa de estabilidade associado a um programa liberalizante.

A partir do governo de Miguel de La Madrid (1983-88), defendeu-se no México a necessidade de atrair investimentos externos e estimular o setor privado numa mudança da estratégia de desenvolvimento para o estilo *outward-oriented*. A agenda que se traçou foi um quadro de reformas baseadas na atração do investimento estrangeiro e que fazia da competitividade internacional o principal motor do crescimento. A relação positiva que se traçou claramente foi entre comércio exterior e desenvolvimento.

Com a chegada ao poder de Carlos Salinas de Gortari no final de 1988, a prioridade do governo passou a ser dar um caráter permanente a essas reformas, através de um plano conhecido como *Pacto para Estabilidad y Crecimiento Económico* (1989–94). Como destaques deste período estão a aceitação quase imediata do Plano Brady elaborado pelo governo norte-americano, privatização de empresas estatais de setores-chave da economia, aceleração do processo de abertura da conta de capitais, as negociações do NAFTA e a afirmação do México como uma plataforma de exportações manufatureiras.

É importante destacar que todo o aprofundamento da abertura comercial esteve relacionado, para não dizer restringido, em sua iniciativa com a superação do processo inflacionário e os desequilíbrios macroeconômicos que o sucederam. Medidas de política monetária restritiva, condução desfavorável da taxa de câmbio, diminuição do gasto público e contenção dos salários reais foram amplamente utilizadas. Dessa forma, no México, grande parte do processo de abertura foi feito à margem de uma efetiva estratégia de investimento produtivo e de estímulo à demanda agregada, sendo dificultado por uma série de políticas estabilizadoras recessivas para a contenção das pressões de custo e das expectativas inflacionárias.

A abertura comercial, num primeiro momento usada como um simples instrumento da política de estabilização por impor limites ao aumento dos preços internos dos bens e serviços transacionáveis, demonstrou que não pode ser reduzida a esse fim. Uma estratégia de desenvolvimento nacional como essa não é uma decisão de política econômica meramente circunstancial de governo, mas uma

definição de uma trajetória de crescimento que requer um planejamento específico de longo prazo baseado na atração de investimentos externos. Caso contrário, permanece o risco de aumento da vulnerabilidade externa fruto da enorme fragilidade estrutural das contas do balanço de pagamentos. De qualquer forma, é inegável que houve um esforço mexicano para reestruturar sua economia. A partir da decisão por um modelo *export-led growth*, realizou-se uma representativa transformação produtiva ainda que sempre dependente das condições para os fluxos de capital externo e o aumento das reservas internacionais².

Ao chegar a década de 90, o México acreditara na possibilidade de uma nova era de crescimento sustentado e redução da pobreza, a qual poria fim ao caos macroeconômico, aos ciclos de desenvolvimento de *stop-go* e aos altos índices de endividamento. No discurso oficial, o México passou a ser visto como uma das maiores potências da América Latina em termos de volume produzido e exportado. Contudo, ainda que tivesse seguido fielmente as propostas do Consenso de Washington³ com reformas institucionais e sólida política de estabilização, a recuperação econômica foi decepcionante e pautada pela integração das empresas do setor moderno com a economia norte-americana, diminuindo as relações intersetoriais da economia mexicana e, com isso, desarticulando o adensamento das relações interdepartamentais alcançado pelo modelo mexicano de substituição de importações. Assim, permaneceram diversos entraves estruturais tanto do ponto de vista da produção como de estratégia comercial.

O fato é que, em economias subdesenvolvidas, o potencial de investimento é restringido em face das exigências de capital e das necessidades de financiamento. Especificamente, a fim de superar uma insuficiência dinâmica clara em face da renda concentrada, alimenta-se outra ao impedir a possibilidade de acumulação se determinar endogenamente. Assim, há uma redobrada pressão sobre uma ciranda entre a dependência financeira (endividamento) e a dependência tecnológica (alienação de ativos ou desnacionalização). A decisão por uma maior orientação transnacional do setor moderno da economia não permite um maior aumento do raio de autonomia do desenvolvimento, ao contrário, há a alienação crescente dos centros de decisão. Além disso, a aceleração do crescimento não é possível sem se tornar explícito uma maior heterogeneidade estrutural, que se traduz numa marginalização social

² Segundo um quadro estilizado dos padrões de desenvolvimento recentemente produzido pela UNCTAD (2003, p. X, 122), o México recebe a classificação de “enclave industrial”: “país que passou da dependência em exportação de commodity para uma rápida integração com cadeias de produção internacional. Focou-se em simples operações de montagem em manufaturas intensivas em trabalho com forte importação de insumos e maquinaria. Embora tenha uma razoável performance em emprego industrial e exportação de manufaturados, é fraco em termos de investimento, valor agregado e crescimento da produtividade”.

³ Cf. Moreno-Brid *et al.* (2004).

explícita, aglomerações espaciais inchadas e travamento a maior produtividade total dos fatores (PINTO, 1976).

Mesmo com anos de reformas econômicas, acesso privilegiado ao mercado mais amplo e dinâmico do mundo (o norte-americano) e grandes fluxos de investimento estrangeiro, a economia mexicana demonstra-se até o momento incapaz de estabelecer um processo de industrialização dinâmico e de crescimento econômico sustentado. Afinal, formaram-se ilhas de competitividade sem haver maiores preocupações com suas conseqüências sociais e ao desenvolvimento nacional.

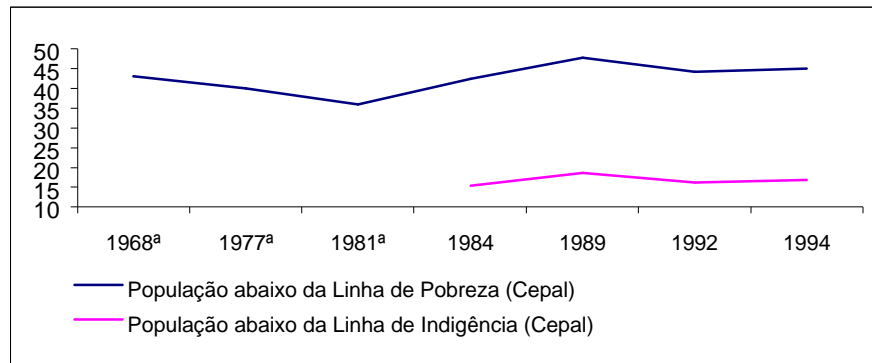
Em síntese, com a emergência da globalização e da elegia as economias internacionalizadas, uma grande inversão ocorreu no projeto nacional de industrialização original. Isso leva a uma grande perplexidade: no novo modelo, a industrialização não é mais vista como uma bandeira progressista. O mais grave é que a hegemonia reafirmada, impondo pelo poder e dinheiro forças centrípetas (logo, não convergentes), sanciona uma enorme incerteza e difunde a idéia da liberalização e desregulação para o resto do globo. Por isso, seguindo Cano (2000), conclui-se que a insustentabilidade do modelo se reveste de uma imponderabilidade: até quando uma nação periférica dotada de uma grande economia como a mexicana manterá seu alinhamento aceitando esperar um desenvolvimento a convite pela “concorrência” imperialista?

III. A evolução dos níveis de pobreza e desigualdade social num contexto de transformação das bases do desenvolvimento econômico mexicano

Como foi visto, após o término da Segunda Guerra Mundial, a economia mexicana embarcou num ambicioso programa de desenvolvimento econômico baseado no modelo de substituição de importações ou modelo de desenvolvimento “para dentro” (“*hacia adentro*”). Esse processo de mudança estrutural haveria de prolongar-se por mais de três décadas. Durante esse período de altas taxas de crescimento da renda *per capita*, tanto a desigualdade na distribuição da renda quanto os indicadores de pobreza apresentaram melhoras significativas. O gráfico 1 construído para o período de 1968 a 1994 mostra uma tendência de queda sistemática nos níveis de pobreza no México até o início da década de 80.

Essa diminuição da pobreza esteve ligada ao rápido crescimento econômico do período, através da elevação da renda *per capita* e a redução da desigualdade na distribuição da renda. Vale ressaltar, o expressivo aumento da participação das camadas mais pobres na renda nacional até 1984, conforme a ordenação por classes de domicílios, nos períodos 1977/84 e 1989/94 retratado no quadro 1.

Gráfico 1
Pobreza e Indigência no México (1968-1994)



Fonte: CEPAL . Os dados para os anos de 1968, 1977 e 1981 foram extraídos de Damián e Boltvinik (2003).

Quadro 1
Participação percentual na renda nacional
(domicílios ordenados pela renda per capita)

Décimo	1977	1984	Cresc.%84/77	1989	1994	Cresc.%94/89
I	1	1,4	40%	1,1	1	-9%
II	2	2,5	25%	2,3	2,1	-9%
III	2,9	3,6	24%	3,3	3	-9%
IV	4	4,6	15%	4,4	3,9	-11%
V	5,2	5,8	12%	5,5	4,9	-11%
VI	6,6	7,3	11%	6,7	6,2	-7%
VII	8,5	9,2	8%	8,5	8	-6%
VIII	11,6	12	3%	11	10,5	-5%
IX	17,1	16,8	-2%	15,6	15,6	0%
X	41,2	36,8	-11%	41,6	44,7	7%
Total	100	100		100	100	

Fonte: Cortés (2003)

A comparação entre os dados de 1977 e 1984, no entanto, deve ser feita com cautela, pois a grave crise de 1982 no México e seus efeitos sócio-econômicos recessivos não contribuem para tornar os períodos estritamente comparáveis. Por outro lado, pode-se afirmar que a tendência da concentração de renda é decrescente ao longo dos anos, a partir de meados da década de 60. (LUSTIG E SZÉKELY, 1997; LAOS, 2000; CORTÉS, 2003; LÓPEZ, 2004). Esse fato é importante na medida em que contraria a idéia amplamente aceita de que um rápido processo de acumulação de capital traga consigo necessariamente uma concentração da renda⁴. Na verdade, para o caso mexicano, foi a persistência de uma alta taxa de crescimento econômico com mudanças estruturais que tornou possível uma significativa redução na pobreza e na desigualdade social⁵. Essa tendência se manteve até a primeira

⁴ Dutt (1984) já demonstrou teoricamente a possibilidade de um resultado como este.

⁵ Para uma discussão da abordagem estruturalista ao problema da distribuição de renda e dos níveis de pobreza, que é utilizada em grande medida neste trabalho, ver López (2004) e Medeiros (2005).

metade da década de 80, quando o modelo de desenvolvimento “para dentro” esgota-se e o México mergulha numa série de crises (1982, 1986 e 1994) passando por um processo de estagnação econômica.

Durante todo esse período de desaquecimento econômico (1982-1994) tanto a concentração de renda quanto os níveis de pobreza e indigência (pobreza extrema) aumentaram significativamente. Enquanto a participação na renda dos 10% mais ricos pulou de 36,6% em 1984 para 44,7% em 1994, a participação dos 40% mais pobres caiu de 12,1% para 10% (ver quadro 1). Esse movimento de aumento na desigualdade também pode ser visto através da contínua elevação do coeficiente de Gini⁶ – 0,456 em 1984; 0,49 em 1989; 0,514 em 1994 (INEGI, pelo conceito de “renda monetária total”). De fato, no período 1989-94, todos os extratos de classe tiveram sua participação na divisão da renda nacional diminuída, exceto a classe dos 10% mais ricos que aumentou em 10% sua participação.

Em relação aos níveis de pobreza e indigência, a porcentagem da população abaixo da linha da pobreza e a população abaixo da linha de indigência aumentaram nesse período⁷. A proporção de domicílios em situação de pobreza passou de 34,2% em 1984 para 35,8% em 1994, enquanto a proporção de domicílios em situação de indigência passou de 11,4% para 11,8%, respectivamente (CEPAL, 2004).

Este agravamento das condições sociais e econômicas, revelado pelos indicadores de desigualdade e pobreza, foi estabelecido pela lenta expansão do produto e do emprego, especialmente do emprego no setor manufatureiro – que cresceu em ritmo mais lento que o da força de trabalho economicamente ativa. O aumento da oferta de mão-de-obra em ritmo maior que a demanda teve efeitos sobre o aumento do emprego precário e informal. Esse fato pode ser identificado pelo aumento do número médio de membros dos domicílios participantes na renda familiar, que passou de 1,58 em 1984 para 1,73 em 1994 (CORTÉS, 2003).

De fato, como nesse período a taxa de desemprego se manteve estável, é razoável supor que o mercado informal e precário de mão-de-obra tenha absorvido contingentes significados de trabalhadores novos e dispensados do mercado de trabalho formal. Outro indicador que ajuda a demonstrar esse fenômeno é a porcentagem de domicílios urbanos abaixo da renda média, que passou de 70% em 1984 para 74% em 1994 (LÓPEZ, 2004).

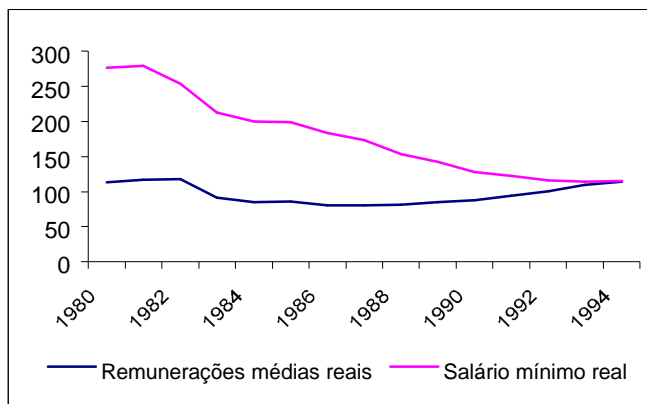
Outro importante fator que contribuiu para o aumento da concentração de renda e aumento da pobreza no período entre 1982 e 1994 foi a queda do salário mínimo real, que afetou principalmente os

⁶ Sobre os métodos de cálculo do índice de Gini, ver Hoffmann (1998), especialmente o capítulo 3.

⁷ Sobre os conceitos de pobreza e indigência utilizados nesse trabalho, ver CEPAL, *Panorama social de América Latina 2002-2003*. Para uma discussão mais aprofundada do assunto, ver Hoffmann (1998), capítulo 9.

trabalhadores pouco qualificados situados na menor faixa de renda. Esse quadro de empobrecimento pode ser visto pelo gráfico 2 que mostra a queda das remunerações médias reais, no período considerado.

Gráfico 2
Tendência para remunerações médias reais
e salário mínimo real (1980-1994)



Fonte: CEPAL (Índice anual médio: 1995 = 100)

IV. Distribuição de renda e pobreza no México no período pós-NAFTA

IV.1. Evolução no padrão de distribuição da renda (1994-2004)

O período entre 1994 e 2004 marca uma importante mudança na evolução da distribuição de renda no México. De acordo com a CEPAL (2004), o grau de desigualdade no México que era considerado alto passa para um patamar considerado de grau médio. Feito semelhante só foi realizado pelo Panamá e Uruguai, este último passando do grau médio para um nível considerado baixo, ao longo da década de 90. A intenção aqui é justamente analisar como a tendência de aumento na desigualdade da distribuição de renda, vigente desde o início da década de 80, foi em parte revertida a partir de meados dos anos noventa.

A análise sócio-econômica da era pós-NAFTA no México será dividida em dois sub-períodos, seguindo sugestão de Cortés (2003): os anos de “equidade por empobrecimento” (1994-1996) e os anos de “equidade por enriquecimento” (1996-2002). A comparação entre os anos de 2002 e 2004 será feita em seguida, numa tentativa de discutir a sustentabilidade da fase de “equidade por enriquecimento”.

Assim, o primeiro período é marcado pela profunda crise econômica e social em que mergulha o México a partir de dezembro de 1994. De fato, o nascimento do NAFTA é “comemorado” com a mais severa crise ocorrida no México desde a década de 30. Os impactos sobre os indicadores de

pobreza e indigência serão analisados a seguir, mas desde logo se pode afirmar que a intensidade do empobrecimento desse período foi bastante significativa.

O impacto da crise de 1994 sobre a desigualdade social também não foi desprezível, embora curioso. De acordo com Cortés (2003), o índice de Gini (renda domiciliar *per capita*) passou de 0,538 em 1994 para 0,521 em 1996. Ou seja, durante os primeiros anos após a implementação do NAFTA (1994-1996) houve uma redução da concentração de renda no México. Nesse período, a participação na renda dos 10% mais ricos caiu de 44,7% para 42,8%, enquanto a participação dos 40% mais pobres sofreu uma leve melhora passando de 10% para 10,7% (quadro 2). De fato, a desconcentração de renda se deveu a transferência de renda dos 10% mais ricos (-4% de sua participação na renda total) para as classes de menor renda em um processo distributivo compensatório favorável as camadas de menor renda.

Quadro 2
Crescimento participativo percentual na renda nacional
(domicílios ordenados pela renda monetária per capita)

Décimo	1994	1996	Cresc.% 96/94	1998	2000	Cresc.%98/00
I	1	1,1	10%	0,9	1,1	22%
II	2,1	2,3	10%	2	2,1	5%
III	3	3,2	7%	3	3,1	3%
IV	3,9	4,1	5%	4	4,1	2%
V	4,9	5,2	6%	5,2	5,2	0%
IV	6,2	6,5	5%	6,5	6,6	2%
VII	8	8,2	2%	8,2	8,3	1%
VIII	10,5	10,9	4%	10,9	10,8	-1%
IX	15,6	15,6	0%	16	15,9	-1%
X	44,7	42,8	-4%	43,3	42,7	-1%
Total	100	100		100	100	

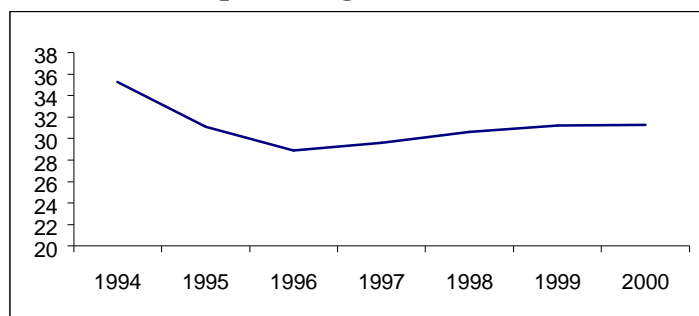
Fonte: Cortés (2003)

Essa diminuição da desigualdade na distribuição da renda, no entanto, se deu num contexto de empobrecimento geral. A renda familiar média apresentou uma queda de 26% nesse período (CORTÉS, 2003) e a renda *per capita* uma queda de 7,8%, em 1995 (CEPAL, 2003/4). A forte queda na renda familiar *per capita* durante este período, associado ao efeito distributivo da camada social de maior renda para os de pior renda, sugere que as políticas de ajuste macroeconômico que foram sendo implementadas não poderiam ser suportadas de forma equitativa pelas camadas sociais, sob pena de elevar-se os níveis de pobreza e indigência para patamares socialmente insuportáveis.

Aspectos que reforçam o argumento de um quadro recessivo são a queda significativa tanto do salário mínimo real quanto da remuneração média real e o aumento do desemprego - a taxa de desemprego urbano chegou a 6,2% em 1995 e 5,5% em 1996. Além disso, houve também uma queda

significativa da parcela de participação dos salários na renda nacional (gráfico 3). Assim, se por um lado, a contração na renda foi generalizada, por outro, a participação relativa dos mais pobres na renda nacional aumentou, mas não o suficiente para compensar os efeitos generalizados da queda no produto nacional⁸. É pela conjugação desses dois movimentos que se pode caracterizar como “equidade por empobrecimento” o período entre os anos 1994 e 1996.

Gráfico 3
Participação dos Salários na Renda
(porcentagem do PIB)



Fonte: CEPAL (a preços correntes de mercado)

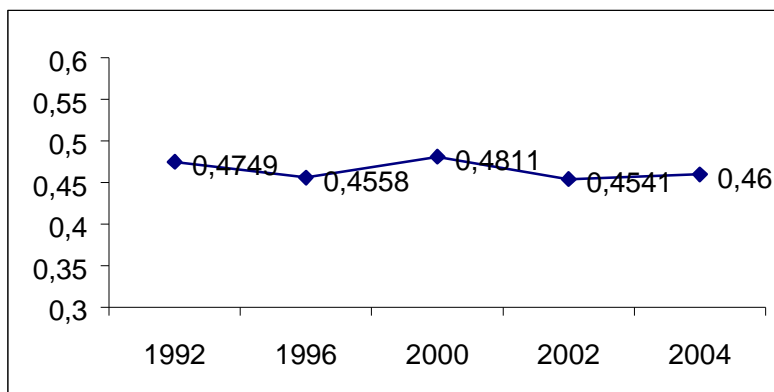
A partir de 1996, entretanto, a economia mexicana inicia uma fase expansiva, com taxas anuais de crescimento do PIB real acima dos 5%, com exceção do ano de 1998, quando foi de 3,6%. A renda *per capita*, por sua vez, recupera-se sistematicamente, passando de US\$ 4.322,00 em 1994 para US\$ 4.813,00 no ano 2000. Outros indicativos da recuperação são a remuneração média real que também apresentou uma tendência positiva após 1996 e a queda da taxa de desemprego, diminuindo de 5,5% em 1996 para 2,2% em 2000 (CEPAL, 2004). Em sintonia com essa tendência macroeconômica, a renda familiar média aumentou continuamente entre 1996 e 2000, inclusive pelo aumento do número médio de membros da família inseridos no mercado de trabalho, que passa de 1,73 em 1994 para 1,92 em 2000 (CORTÉS, 2003).

Os efeitos dessa recuperação econômica sobre a desigualdade na distribuição da renda, no entanto, devem ser observados com cautela. Desde meados da década de 90, existe uma grande divergência na evolução dos indicadores de concentração de renda nas áreas urbana e rural. Como pode ser visto pelo gráfico 5, a tendência de queda na concentração de renda na área urbana puxada pela recuperação econômica foi acompanhada por uma tendência de aumento na concentração na área rural.

⁸ De acordo com a CEPAL, a distribuição da renda dos domicílios urbanos apresentou a seguinte evolução entre 1994 e 1996: a participação dos 10% mais ricos caiu de 34,3% para 33,7%, enquanto a participação dos 40% mais pobres aumentou de 16,8% para 17,6%.

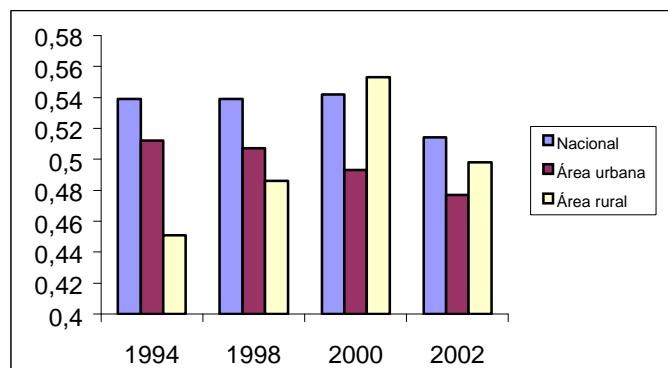
O crescimento da desigualdade na área rural foi tão forte que em 2000 o coeficiente de Gini ultrapassou o coeficiente para a área urbana historicamente mais elevada.

Gráfico 4
Coeficiente de Gini (1994-2004)



Fonte: INEGI (*Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares*)

Gráfico 5
Coeficiente de Gini (1994-2002)



Fonte: CEPAL

O resultado desses movimentos contrários foi a pouca variância do indicador nacional, durante o período, situando-se próximos aos mesmos níveis entre 1996 e 2000. Como foi visto, a crise dos anos 1994-1996 teve como efeito o fenômeno chamado de “equidade por empobrecimento”. A comparação entre os indicadores para os anos de 1996 e 2000, por outro lado, mostra que a concentração de renda mantém-se praticamente no mesmo patamar. Isso aconteceu porque a tendência de aumento até 1998 foi contrabalançada pela tendência de queda no período posterior (gráfico 4). A razão deste movimento gangorra é que a recuperação dos rendimentos dos mais pobres é, em geral, mais lenta do que a dos mais ricos.

Além da elevação do coeficiente de Gini, o aumento da concentração de renda na área rural também é evidenciado pelo fato de a participação relativa na renda dos 10% mais ricos ter passado de 35,1% em 1994 para 38,5% em 1998 e 40,4% em 2002. A participação relativa dos 40% mais pobres

da área rural, por sua vez, caiu de 14,5% em 1994 para 13,1% em 1998 e 13% em 2002 (quadro 3). Outra evidência desse fenômeno é o fato da porcentagem de domicílios na área rural abaixo da renda média, que se mantinha em torno de 71%, ter passado deste patamar em 1994 para 75,3% ao final do ano 2000 (LÓPEZ, 2004).

Quadro 3
Distribuição pessoal da renda (1994-2002)

Décimo	Área geográfica	1994	1998	2002	2004
I	Nacional	1.41	1.37	1.47	1.42
	Urbana	1.79	1.81	1.98	1.89
	Rural	2.17	1.94	1.8	1.59
II	Nacional	2.31	2.25	2.51	2.59
	Urbana	2.74	2.81	3.08	2.95
	Rural	3.21	2.96	2.87	2.91
III	Nacional	3.17	3.1	3.38	3.49
	Urbana	3.52	3.67	3.92	3.81
	Rural	4.18	3.78	3.78	3.87
IV	Nacional	4.01	4.07	4.32	4.41
	Urbana	4.35	4.48	4.8	4.64
	Rural	4.93	4.46	4.62	4.87
IX	Nacional	15.55	15.62	15.93	15.7
	Urbana	15.67	15.08	15.52	15.37
	Rural	16.29	15.85	15.43	15.74
X	Nacional	43.42	43.09	40.67	41.14
	Urbana	41.56	41.46	38.34	39.97
	Rural	35.11	38.52	40.43	37.79

Fonte: CEPAL (Porcentagem da renda nacional total)

A redução na desigualdade na área urbana também pode ser apresentada através da análise das mudanças nas participações relativas na renda: a participação dos 10% mais ricos cai de 41,6% em 1994 para 38,3% em 2002, enquanto a dos 40% mais pobres apresenta um aumento de 12,4% em 1994 para 13,8% em 2002.

Particularmente na área rural, a redução da participação na renda dos mais pobres é decorrente da queda dos preços relativos da agricultura, que afeta em especial a renda dos pequenos produtores. Tomando 1984 como ano-base, os preços relativos da agricultura caem de um patamar de 93,3 em 1992 para 77 em 2000 (LÓPEZ, 2004). De fato, o setor agrícola mexicano parece ter sido afetado negativamente pela implementação do NAFTA.

A agricultura respondia por 9% do PIB mexicano e empregava 26% da força de trabalho economicamente ativa no período que antecede a assinatura do NAFTA. Nos Estados Unidos e no Canadá, apenas 3% e 5% da população ativa estavam empregados no setor agrícola. Ressalte-se,

porém, que enquanto os Estados Unidos da América possuem 464 milhões de acres de terra arável, o México possui apenas 57 milhões (GUIMARÃES, 1994). Assim, o México tem tido um déficit comercial constante nesse setor, principalmente em relação aos Estados Unidos⁹ e, como consequência, o emprego no meio rural vem apresentado uma forte tendência de queda traduzida por uma perda na renda familiar média da área rural¹⁰. Estima-se que no período mais de 1,3 milhões de empregos tenham sido perdidos no setor (AUDLEY, 2003).

Por outro lado, a maior mudança no meio rural, sem dúvida alguma, foi a reforma agrícola/agrária promulgada em 1991, que autorizou a privatização do *ejido* e promoveu o desmantelamento dos apoios institucionais cortando os subsídios aos produtores rurais. O governo a partir de novembro de 1991 desobrigou-se do compromisso de doar terras aos camponeses, conforme estava contemplado pelo artigo 27 da Constituição mexicana de 1917, estabelecida pela reforma agrária de 1915. Essa mudança institucional foi uma exigência posta ao México durante as negociações do NAFTA, estando de acordo com as orientações que visavam transferir ao setor privado funções antes tuteladas pelo Estado¹¹.

Essa tendência de aumento na concentração de renda na área rural, entretanto, é revertida entre os anos de 2000 e 2002, como mostra o gráfico 5. A tendência de redução na concentração de renda começa a expressar-se nacionalmente durante esses anos, apesar do ambiente macroeconômico adverso¹². Além do coeficiente de Gini, outros dois “indicadores sintéticos” que mostram uma redução da concentração de renda no México entre 2000 e 2002 são os índices de Theil e de Atkinson¹³. O primeiro mostra uma queda de 0,603 em 2000 para 0,52 em 2002, já o segundo passa de 0,621 em 2000 para 0,571 em 2002 (CEPAL, 2004).

Assim, se os anos 1994-1996 caracterizaram um processo de “equidade por empobrecimento”, o período entre 1996-2002 caracterizaria, então, um processo de “equidade por enriquecimento”, como consequência da recuperação econômica mexicana.

Por outro lado, entre os anos de 2002 e 2004, os dados mostram um estancamento (e mesmo uma leve reversão) do processo de “equidade por enriquecimento”. Este fato se deve a mais uma crise

⁹ Exceto no ano de 1995 pela forte desvalorização do peso.

¹⁰ Ver Yunez-Naude e Paredes (2004)

¹¹ Embora esse tema esteja além do escopo deste trabalho, aqui é necessário dizer que somente a partir dessa reforma institucional e da mudança radical na estrutura fundiária por ela implementada é que se pode entender de fato a tendência de aumento na concentração de renda na área rural durante os anos noventa.

¹² O resultado dessa análise tem um caráter preliminar e deve ser melhor desenvolvido a partir de um estudo mais aprofundado sobre o período entre 2000-2002, pois os dados para esses anos não são de todo comparáveis já que em 2002 a metodologia de pesquisa da *Encuesta nacional de los ingresos y gastos de los hogares* (ENIGH) foi bastante modificada. Sobre algumas das mudanças metodológicas, ver CEPAL. *Panorama social de América Latina 2002-2003*.

¹³ Sobre os índices de Theil e de Atkinson ver Hoffmann (1998), capítulos 4 e 5.

enfrentada pela economia mexicana a partir de 2001. Na verdade, houve um crescimento negativo do PIB *per capita* durante os anos de 2001 e 2002. A partir de então as perspectivas de desenvolvimento para a economia mexicana só tem piorado, na medida em que a desaceleração da economia americana e o crescimento da competição asiática colocam o modelo mexicano de internacionalização dependente em xeque. Nesse sentido, a comparação entre os anos de 2002 e 2004 sugere fortemente que a sustentabilidade da fase de “equidade por enriquecimento” está longe de ter sido alcançada.

IV.2. Evolução dos indicadores de pobreza (1994-2004)

Como foi visto, a partir do início da década de 80, mais precisamente após a crise de 1982, a trajetória dos indicadores de pobreza passou a apresentar uma tendência negativa de aumento tanto da pobreza quanto da indigência ou pobreza extrema. Aqui serão avaliadas as mudanças ocorridas trajetória dos indicadores de pobreza no período entre 1994 e 2004. Seguindo a periodização proposta, o período em questão será subdividido em dois. O primeiro abarca os anos de crise entre 1994 e 1996, enquanto o segundo é composto pelos anos de recuperação econômica entre 1996-2000 e a extensão de seus efeitos até 2002. Mais uma vez os anos entre 2002 e 2004 serão analisados separadamente.

Quadro 4
Pobreza e Indigência no México (1994-2004)

Números da pobreza no período						
ano	Porcentagem do total da população			Porcentagem do total de domicílios		
	Nacional	Área urbana	Área rural	Nacional	Área urbana	Área rural
1994	45,1	36,8	56,5	35,8	29	46,5
1996	52,9	46,1	62,8	43,4	37,5	53,4
1998	46,9	38,9	58,5	38	34,1	49,3
2000	41,1	32,3	54,7	33,3	26,5	45,1
2002	39,4	32,2	51,2	31,8	26	42
2004	37	32,6	44,1
Números da indigência no período						
ano	porcentagem do total da população			Porcentagem do total de domicílios		
	Nacional	Área urbana	Área rural	Nacional	Área urbana	Área rural
1994	16,8	9	27,5	11,8	6,2	20,4
1996	22	14,3	33	15,6	10	25
1998	18,5	9,7	31,1	13,2	6,9	23,5
2000	15,2	6,6	28,5	10,7	4,7	21,2
2002	12,6	6,9	21,9	9,1	4,8	16,7
2004	11,7	7	19,3

Fonte: Cepal

Iniciando pela análise do primeiro sub-período, os resultados mostram que os níveis de pobreza e indigência aumentaram bastante nesses anos de crise. De acordo com números do Banco Mundial (2003), o percentual da população vivendo com menos de dois dólares/dia (linha de pobreza) chegou a

42,5% em 1995; enquanto a linha de indigência mensurada pela participação de pessoas com renda inferior a um dólar/dia foi de 17,9%. Os dados apresentados pela CEPAL, no entanto, são bem mais contundentes. De acordo com esta Instituição, o percentual da população abaixo da linha de pobreza passa de 45,1% em 1994 para 52,9% em 1996, enquanto que o percentual de pessoas abaixo da linha de indigência aumenta de 16,8% para 22%, respectivamente¹⁴.

Já em relação à situação geográfica, os indicadores de pobreza e indigência indicam um forte crescimento tanto na área urbana quanto na área rural. A proporção da população abaixo da linha da pobreza na área urbana passou de 36,8% em 1994 para 46,1% em 1996, já na área rural a alta foi de 56,5% para 62,8%. Em relação aos níveis de indigência, os dados também mostraram um aumento tanto na área urbana quanto na área rural (de 9% para 14,3% e de 27,5% para 33%, respectivamente). Assim, à luz destes números fica a constatação que uma crise econômica grave como a desse período e suas consequências recessivas, como o aumento do desemprego e do subemprego, além da redução dos rendimentos reais da maioria da população, se traduzem em perdas importantes para os pobres e indigentes.

No entanto, a tendência de aumento dos níveis de pobreza que persistia desde o início da década de 80, agravada nos anos recessivos de 1994-1996, foi revertida a partir de 1996. A rápida recuperação econômica puxada pelos Estados Unidos da América teve como efeito positivo a diminuição sistemática da pobreza e indigência no território mexicano. De acordo com o quadro 4, no período entre 1996 e 2002, a proporção de pobres caiu de 52,9% em 1996 para 39,4% em 2002 e o percentual de pessoas vivendo abaixo da linha da indigência passou de 22% em 1996 para 12,6% em 2002.

Até agora para mensurar o nível de pobreza foi utilizado o método de contagem proporcional em relação à população (*headcount index* – *H*). Podemos também avaliar esses resultados pelos seus indicadores de profundidade e intensidade. A brecha ou hiato de pobreza (*PG* segundo suas siglas em inglês – *poverty gap*) mede o déficit de renda, isto é, a transferência de renda que seria necessária para que cada pessoa pobre deixasse de sê-lo. Já o índice *FGT*₂ verifica o grau de desigualdade dentro do grupo dos pobres ou a “severidade” da pobreza (HOFFMANN, 1998).

¹⁴ A diferença nos números apresentados se deve a utilização de linhas de pobreza e indigência diferentes. A principal controvérsia em termos de mensuração da pobreza se dá justamente na definição de um valor para a linha de pobreza e outro para a linha de indigência. A CEPAL considera como linha de pobreza o valor necessário para uma família dar conta de suas necessidades básicas, já a linha de indigência é o valor necessário para adquirir apenas uma cesta básica de alimentos. O método do Banco Mundial é mais absoluto: a linha de pobreza equivale a dois dólares/dia por pessoa e a linha de indigência a um dólar/dia por pessoa. Para uma discussão detalhada sobre a metodologia de mensuração da pobreza, inclusive com críticas às definições utilizadas pela CEPAL, ver Damián e Boltvinik (2003) e Laos (2000).

A comparação entre a proporção de pessoas pobres e os resultados obtidos pelos índices *PG* (ou *FGT₁*) e *FGT₂* revelaram que esses indicadores variaram no mesmo sentido em que variou a incidência da pobreza. De acordo com o quadro 5, tanto a incidência de pobreza, isto é, o percentual da população total abaixo da linha de pobreza e indigência, medida pelo índice *H*, quanto a “profundidade” da pobreza, medida pelo índice *PG*, tiveram um forte aumento no período entre 1994 e 1996. No entanto, pode-se observar também que a partir de 1996 os índices *PG* e *FGT₂* decresceram em maior proporção que a incidência da pobreza. Isto demonstra uma melhora na situação dos pobres mais significativa do que indica, por si só, a redução da proporção de pessoas em situação de pobreza.

Quadro 5
Evolução dos Indicadores de Pobreza e Indigência (1994-2002)

Ano	H		PG		FGT ₂	
	LP	LI	LP	LI	LP	LI
1994	45,1	16,8	17	4.6
1996	52,9	22	21.8	7.1	11,9	3,3
1998	46,9	18,5	18.4	5.3
2000	41,1	15,2	15.8	4.7	8,1	2,1
2002	39,4	12,6	13.9	3.51	6,7	1,4

Fonte: CEPAL (em porcentagens)

Levando a discussão mais uma vez para as diferenças nas áreas urbana e rural, pode-se ver que os indicadores de pobreza apresentam uma tendência de melhora nos anos seguintes a crise tanto na área rural como na área urbana, apresentando uma evolução similar à registrada no âmbito nacional. Para a área urbana, a porcentagem da população vivendo abaixo da linha da pobreza passa de 46,1% em 1996 para 32,2% em 2002, enquanto o percentual abaixo da linha de indigência apresenta uma queda ainda mais acentuada de 14,3% em 1996 para 6,9% em 2002.

Já, para a área rural, os dados mostram uma queda menos acentuada na proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, passando de 62,8% em 1996 para 51,2% em 2002. Em relação ao nível de indigência na área rural, este diminuiu num ritmo mais acelerado, passando de 33% em 1996 para 21,9%.

Se a queda dos níveis de pobreza na área urbana pode ser explicada pela conjugação de uma melhora nas condições econômicas de rendimento e emprego com uma redução na concentração de renda, para a área rural a explicação da redução dos níveis de pobreza, mesmo num quadro de aumento da desigualdade na distribuição da renda e queda da renda e do emprego, deve ser outra. Basicamente, duas causas podem ser atribuídas a esse movimento aparentemente contraditório. A primeira é a transferência espacial da pobreza do campo para a cidade. A segunda pode ser atribuída ao

fortalecimento e intensificação dos programas sociais nas áreas rurais na última década, o que tem afetado em especial os níveis de indigência.

Realmente, a crise no meio rural em termos de emprego e renda tem sugerido que boa parte da população na condição de pobreza procure novas oportunidades de emprego no meio urbano (Cf. Audley et al, 2003). Além disso, na tentativa de mudar o quadro de pobreza, o México vem aumentando ao longo da década de 90 o alcance do seu gasto social. Em 1990, o gasto público social *per capita* era de 239 dólares, já em 1999 correspondia a 411 dólares; como porcentagem do PIB passou de 6% para 9,2%; e em termos de proporção do gasto público total, aumentou de 37,9% para 59,6% no mesmo período (quadro 6).

Quadro 6
Evolução do gasto público social na década de 90

ANO	Per Capita*	Como porcentagem do PIB	Como porcentagem do gasto público total
1990	239	6	37.9
1991	279	6.9	43.7
1992	315	7.6	48
1993	351	8.5	51.4
1994	386	9.1	51.7
1995	329	8.4	53.1
1996	339	8.4	52.3
1997	365	8.6	51.5
1998	393	8.9	57.4
1999	411	9.2	59.6

Fonte: CEPAL., (*) Dólares a preços constantes de 1997.

Em termos de programas sociais, a iniciativa pioneira foi o *Pronasol* em 1989. Já o *Progres*a (Programa de Educação, Saúde e Alimentação), por sua vez, foi criado em 1997 pelo presidente Zedillo para compensar os custos sociais de uma economia aberta e vulnerável. O programa ajudava famílias pobres do meio rural (US\$ 10 por mês por pessoa em cada família selecionada), sob a condição que as suas crianças freqüentassem a escola e visitassem centros de saúde regularmente. Em 2000, o *Progres*a atendia cerca de 2,6 milhões de famílias (10% das famílias mexicanas) a um custo de US\$ 800 milhões, ou 0,2% do PIB.

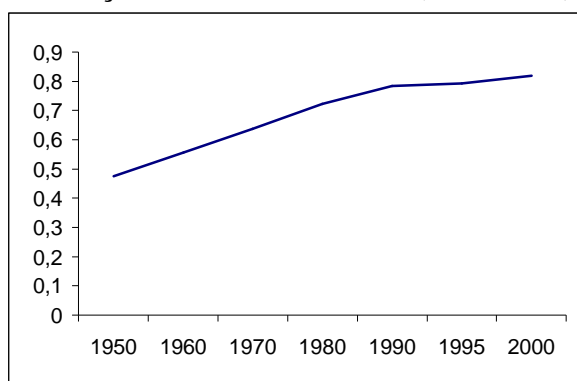
O *Progres*a faz parte dos programas que adotam as transferências monetárias condicionais (*conditional cash transfers* - CCT), isto é, programas que focalizam mais criteriosamente a elegibilidade para receber benefícios. Centram seus esforços nas crianças para quebrar o ciclo da pobreza, com preocupação pela sua alimentação, educação e saúde, além de condicionar a continuidade dos pagamentos ao cumprimento de metas relacionadas ao investimento em “capital humano”.

No governo do presidente Fox, o *Progres*a foi renomeado para *Oportunidades* e expandiu-se, incorporando inclusive áreas urbanas. No final de 2002, o programa *Oportunidades* incluía 4,2 milhões de famílias em 72.000 localidades em todos os 31 estados mexicanos. Este montante constituía 20% de todos os domicílios e 77% daqueles em estado de indigência. Pode-se acrescentar que 82% dos domicílios nas condições de pobreza recebiam ajuda. Em 2000, o total de gastos com os programas sociais era de 0,9% do PIB (ESTENSSORO, 2003).

Os gastos sociais, portanto, parecem ter tido um importante papel na redução da pobreza, principalmente, a partir de meados dos anos noventa. No entanto, o ritmo de redução da pobreza, em especial, da pobreza extrema nas áreas urbana e rural foi bem diferenciado, como foi visto. Provavelmente, a motivação para isso se deveu aos programas sociais destinados em grande medida ao meio rural¹⁵.

Antes de concluir a discussão feita até aqui, parece ser razoável discutir, mesmo que de forma breve, a evolução dos principais indicadores de desenvolvimento humano, numa tentativa de ampliar e enriquecer o entendimento das questões analisadas até então. O principal “indicador sintético” para a questão do desenvolvimento humano é sem dúvida o IDH, que é um indicador da qualidade de vida calculado desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, conhecido como PNUD¹⁶. Os resultados do IDH para o México, no período de 1950 a 2000, estão contemplados no gráfico 6. Ele mostra uma tendência crescente para o IDH mexicano, apesar de o ritmo de melhora ter arrefecido durante a última década.

Gráfico 6
Evolução do IDH no México (1950-2000)



Fonte: Hernández et al (2003)

¹⁵ Esse fato tem gerado muitas críticas por parte dos especialistas já que a pobreza no México é mais concentrada nas áreas urbanas.

¹⁶ Ver López-Calva e Grajales (2003).

Segundo dados do PNUD, o IDH para o México em 2001 foi de 0,808, ficando na posição número 55 entre os países analisados. A avaliação do desenvolvimento humano também pode ser feita acompanhando a evolução os principais indicadores relativos à saúde e educação, já que seu comportamento fornece uma boa aproximação do que está ocorrendo com a qualidade de vida da população. Assim, através dos resultados relacionados no quadro 7 observa-se uma melhora sistemática ao longo das últimas décadas tanto na questão da educação quanto da saúde.

Quadro 7
Indicadores sociais no México (1950-2000)

	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Analfabetismo (%)	43,4	34,6	25,1	17,8	12,5	8,9
Escolaridade média (em anos)	2,1	2,8	3,7	5,4	6,3	7,6
Mortalidade infantil (por 1000)	126,6	94,5	79,0	53,0	23,9	14,5
Expectativa de vida (em anos)	46,9	57,5	60,9	66,8	70,0	75,3

Fonte: Corbacho e Schwartz (2002).

Esses dados mostram como diversas facetas da qualidade de vida dos mexicanos tem tido melhoras significativas durante as últimas décadas, representando um panorama mais otimista do que aquele que se obtêm a partir da análise da pobreza exclusivamente pela ótica da renda. Mesmo assim, o caminho por percorrer é ainda bastante longo, não só no que se refere aos níveis de desenvolvimento humano como também em termos de maior equidade no acesso aos serviços sociais, tendo em vista corrigir as marcadas disparidades que subsistem entre os grupos sócio-econômicos.

V. Conclusão: a impossibilidade de se esperar um desenvolvimento a convite

A partir da análise sobre a evolução da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda no período pós-NAFTA, viu-se que após os anos de crise entre 1994 e 1996 a tendência foi de redução tanto dos níveis de pobreza quanto de concentração da renda. Essa evolução aparentemente positiva, no entanto, não deve esconder um fato desalentador: comparando com os dados do início da década de 80, tanto o nível de pobreza quanto o de concentração de renda encontram-se praticamente nos mesmos patamares. Isso porque os ganhos alcançados durante o período de substituição de importações não vêm sendo levados adiante. Apesar dos anos de recuperação econômica, o ritmo de redução da pobreza e da concentração de renda tem sido menor do que o apresentado nos anos de rápido crescimento das décadas de 60 e 70. As inúmeras crises econômicas sofridas no México desde o início dos anos oitenta parecem, então, ter produzido um estancamento do processo de desenvolvimento social.

Uma das conclusões que se pode extrair das trajetórias dos indicadores de pobreza e desigualdade ao longo das últimas décadas é que o atual modelo de desenvolvimento econômico não é

capaz reverter as tendências apresentadas de aumento da pobreza e desigualdade causados pelas crises recorrentes da economia mexicana. Aqui defende-se a idéia de que tais crises são intrínsecas a um padrão de desenvolvimento baseado num alto grau de vulnerabilidade externa, como é o caso mexicano.

Constatamos ainda que a nova estratégia de desenvolvimento adotada a partir da década de oitenta apresenta, no longo prazo, uma tendência estrutural de piora nos níveis de pobreza e desigualdade. Esse fato fica ainda mais evidente levando em consideração o crescimento negativo do PIB *per capita* durante os anos de 2001 e 2002 e os dados disponíveis para o ano de 2004, além de um panorama de baixas possibilidades de rápida recuperação econômica, tendo em vista a desaceleração da economia americana e o crescimento da competição asiática.

Concluindo, pode-se dizer que um cenário alternativo hoje deveria ser aquele que, perante o reconhecimento da polarização mundial ou globalização assimétrica, contemplasse as possibilidades objetivas do ressurgimento de valores transformadores das sociedades. Nesse sentido, o fundamental é não fazer concessões, propondo-se a ruptura com o modelo de internacionalização dependente e a retomada de um processo soberano de desenvolvimento social. Afinal, não se pode capitular, rendendo-se a uma inserção periférica e subordinada ao sistema internacional, perdendo-se a visão crítica sobre o movimento geral da acumulação de capital mundializada.

Referências Bibliográficas

AUDLEY, J. et al. (2003) *Nafta's promise and reality: lessons from Mexico for the hemisphere*. Washington D.C.: Carnegie Endowment for International Peace.

BIRD. (2001) *World Development Report 2000-2001. Attacking Poverty*. New York: Oxford University Press.

_____. (2003) *Inequality in Latin América and Caribe: Breaking the history?* Washington D.C.

BOLTVINIK, J; LAOS, E. H. (1999) *Pobreza y distribución del ingreso en México*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores.

CANO, W. (2000) *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP.

CARNEIRO, R. (2002) *Desenvolvimento em crise: a economia política do último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE - UNICAMP.

CEPAL. *Panorama social de América Latina, 2002-2003*.

_____. *Panorama social de América Latina, 2004*.

- CORBACHO, A; SCHWARTZ, G. (2002) *Mexico: Experiences with Pro-Poor Expenditure Policies*. FMI, Working Paper, n.02/12, janeiro.
- CORTÉS, F. (2003) *El ingreso y la desigualdade de su distribución. México: 1977-2000*. Papeles de Población, n.35:137-152, CIEAP/UAEM.
- DUTT, A. K. (1984) *Stagnation, income distribution and monopoly power*. In: Cambridge Journal of Economics, 8, pp.25-40.
- DAMIÁN, A; BOLTVINIK, J. (2003) *Evolución y características de la pobreza en México*. In: Revista Comercio Exterior, vol. 53, n. 6, México D.F: UNAM.
- ESTENSORO, L. (2003) *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, USP.
- FURTADO, C. (1979) *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional.
- GONÇALVES, R (1999) *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- HERNÁNDEZ, G. E; LÓPEZ-CALVA, L. F; GRAJALES, R. V. (2003) *Crecimiento econômico, desarrollo humano y desigualdad regional em México, 1950-2000*. PNUD, Estudios sobre Desarrollo Humano, n. 2003-3, outubro.
- KALVAN, F.R. (2000) *O lugar da Nação: estudo da abordagem da nação no dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Tese de mestrado. São Paulo: USP.
- LAOS, E. H. (2000) *Crecimiento económico, distribución del ingreso y pobreza en México*. In: Comercio Exterior, outubro, pp. 863-873.
- LÓPEZ, J. (2003) *Income distribution in Latin America*. (Mimeo).
- LÓPEZ-CALVA, L. F; GRAJALES, R. V. (2003) *El concepto de desarrollo humano, su importância y aplicación en México*. PNUD, Estudios sobre Desarrollo Humano, n. 2003-1, outubro.
- LUSTIG, N. C; SZÉKELY, M. (1997) *México: Evolución Económica, Pobreza y Desigualdad*. Washington: BID.
- MEDEIROS, C. A. (2005) *Liberalização comercial e financeira e seus efeitos sobre crescimento, emprego e distribuição de renda nos países latino-americanos*. In: Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 9(3), pp.455-483, set./dez.
- MORENO-BRID, J. C; CALDENTEY, E. P; NÁPOLES, P. R. (2004) *The Washington Consensus: a Latin American perspective fifteen years after*. Paper prepared for the symposium on the Washington Consensus, organized by the Journal of Post Keynesian Economics, July 2004.
- PINTO, A. (1976) *Heterogeneidade estrutural e o modelo de desenvolvimento recente*. In: SERRA, J.(coord.) *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

PRÉBISCH, R. (1976) *Crítica al capitalismo periférico*. In: Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, Nações Unidas, n.1, ago.

_____. (1981) *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México. Fondo de cultura econômica, 1981.

_____. (1985) *La periferia latinoamericana em la crisis global del capitalismo*. In: Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, Nações Unidas, n.26, ago.

SAMPAIO JR., P. S. de A. (1997) *Entre a Nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Tese de Doutorado. Campinas: IE/UNICAMP.

UNCTAD (2003) *Trade and Development Report, 2003 – Capital Accumulation, Growth and Structural Change*. Genebra, Nações Unidas.

YUNES-NAUDE, A; PAREDES, F. (2004) *The agriculture of Mexico after ten years of NAFTA implementation*. Banco Central do Chile, documentos de trabalho, n. 277, dezembro de 2004.

Bancos de dados acessados por via eletrônica:

BANCO MUNDIAL. <www.worldbank.org/poverty>

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). <www.eclac.cl/badestat>.

INEGI (Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática). <www.inegi.gob.mx>

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) – México. <www.undp.org.mx>